

Ata da Primeira Audiência Pública da Sessão Legislativa de 2019. Aos 16 (dezesseis) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às 19 horas, sob a presidência interina e coordenada pela Vereadora Kátia Geralda Silva Goyatá, no Salão Nobre da Câmara Municipal, foi realizada Audiência Pública com o seguinte tema: **“Reforma da Previdência – Qual Reforma queremos?”**, com o objetivo de discutir sobre a reforma da previdência de maneira apartidária, para que as pessoas possam compreender as mudanças que a reforma trará e se posicionarem a respeito do assunto, ouvindo as autoridades local e demais interessados. Estiveram presentes à Audiência Pública os seguintes Vereadores: **Antônio Carlos da Silva e Tadeu Donizetti Fernandes**. A Presidente declarou aberta a audiência e em seguida convidou o palestrante Dr. Daniel Murad Ramos, Conselheiro Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais para tomar assento no Plenário. Em seguida, a Presidente fez seu pronunciamento de abertura cumprimentando e agradecendo ao público presente, as pessoas que de alguma forma encontraram uma motivação para estarem presentes na audiência pública. Registrou e agradeceu a presença dos Vereadores desta Casa Tadeu e Dr. Batata, do Presidente da 21ª Subseção da OAB de Alfenas, Dr. Marcelo Mezete, das professoras Adriene de Souza (Gestora de Educação) e Camila Fernanda Resende (Supervisora), da Sra. Julieta Bruzadelli, do representante do SENAC e da TV ALFENAS. Prosseguindo, a Presidente fez seu pronunciamento esclarecendo que o objetivo da audiência é propor uma discussão sobre a reforma de maneira apartidária, uma discussão técnica baseada em dados econômicos e jurídicos, para que as pessoas possam compreender as mudanças que a reforma trará e se posicionarem a respeito do assunto, podendo servir de contraponto. Afirmou que tinha dúvidas sobre a reforma, notadamente na questão das alíquotas de contribuição ao INSS que passarão a incidir sobre todo rendimento de qualquer natureza, como taxaço de vale refeição, adicional de férias etc. Disse estar preocupada com a situação dos profissionais da área da educação, como seria a situação de um professor que aos 60 anos ainda estaria em uma sala de aula, enfatizou que isso lhe causa muitas dúvidas, pois o cansaço não é somente físico, mas é mental, considera como algo duvidoso, se seria benéfico para a população. Reconheceu que as mudanças são importantes e devidas, mas que estaria ali para ouvir. Prosseguindo, a Presidente passou a palavra ao palestrante **Dr. Daniel Murad**, o qual inicialmente agradeceu o convite e parabenizou a importante iniciativa da Vereadora Kátia Goyatá. Iniciou sua fala ressaltando que a audiência pública é um debate fundamental, pois a reforma afeta a vida de todos nós, mas trata também de questões econômicas, que vão além da retirada de direitos, mas se refere ao modelo de desenvolvimento que queremos para o país. Disse, que a partir dali apresentaria sua exposição em três fases, sendo que a primeira coisa a compreender é se a reforma seria realmente indispensável.

Contextualizou afirmando que a Constituição de 1988 já vem sofrendo gradual destruição do seu caráter social, tanto com a PEC do Teto como com a Reforma Trabalhista. Explicou que através da Emenda 20 estabeleceu-se o teto como forma de cálculo pela média de 80% das contribuições, desprezando-se 20% das menores, sendo que antes eram as 36 últimas contribuições. Afirmou que se estabeleceu o sistema de repartição com previdência pública obrigatória até o teto e acima dele, sistema de capitalização privado, havendo o fim da aposentadoria proporcional. A Emenda 41 colocou fim na integralidade da aposentadoria do servidor público, já que há que se observar o Fator Previdenciário, no qual o valor do benefício leva em conta a expectativa de sobrevida quando da aposentadoria, e a Regra 85/95, hoje 86/96. Portanto, estabeleceu-se indiretamente limite de idade na aposentadoria por tempo de contribuição. Também ressaltou a questão demográfica, a primeira pós-verdade é a expectativa de vida ao nascer de 75 anos. Observou que há contradições, em razão da desigualdade social e regional do país. Afirmou que as contrarreformas atuais, com a destruição gradativa da Constituição de 1988 é um retrocesso na democracia, pois ataca as garantias fundamentais e observou que o que está havendo é a destruição dos serviços públicos e da capacidade do estado de propiciar bem-estar social, devido a PEC do teto, a destruição dos direitos trabalhistas e, agora, a destruição dos direitos previdenciários. Enfatizou que a Reforma da Previdência já vem sendo feita há tempos de forma gradualmente. Afirmou que se trata de um direito e não de um “gasto”, já que é feita pelo sistema contributivo, de solidariedade e repartição, que assegure a dignidade humana, princípio básico da Constituição Federal. Ressaltou que a finalidade da previdência é a garantia aos segurados dos meios de subsistência em caso de doença, acidentes, idade avançada ou para beneficiários, em caso de morte e prisão. E falando em números, considera a previdência como um grande programa de distribuição de renda, de fortalecimento do consumo e da economia, e que caso fosse retirada, as cidades do interior sofreriam um grande impacto na economia. Em seguida, falou sobre as novas regras propostas pela reforma, na qual se estabelece 65 anos de idade para o homem e 62 anos para as mulheres, mais vinte anos de contribuição para receber 60% do salário de contribuição, apurado pela média de todas as contribuições. Já para percepção de 100% do salário de contribuição, será 40 anos, subindo dois pontos por ano. Em relação ao trabalhador rural, as contribuições serão por vinte anos e a idade de 60 anos tanto para o homem quanto para a mulher. Contribuição de R\$ 600,00 por ano. A MP871 considerou operação pente fino nas concessões de benefícios em geral. Haverá o fim da comprovação de idade pela Declaração de Aptidão ao PRONAFE pelos sindicatos e obrigatoriedade de inscrição no Cadastro do Segurado Especial. Em relação a contribuição do pequeno proprietário rural, do agricultor familiar, meeiro ou parceiro, não haverá

mais contribuição sobre a venda da produção. Afirmou que na reforma há mitigação da aposentadoria diferenciada para mulheres, passa a ser apenas na idade e não no tempo de contribuição. No que tange às regras para a aposentadoria de servidores públicos, verificou as seguintes mudanças: atualmente prevalecem dois modelos de aposentadoria: **a por tempo de contribuição**, com idade mínima de 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens) e tempo de contribuição de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens), sendo pelo menos 10 anos como servidor público, mas a proposta prescreve uma idade mínima igual à exigida do segurado do INSS, de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens), com 25 anos de tempo de contribuição, sendo pelo menos 10 anos como servidor público e cinco anos no cargo; **e a por idade**, aos 60 anos (mulheres) e 65 anos (homens), com proventos proporcionais (mais dez anos de serviço público e cinco anos no cargo); mas a proposta prevê recebimento de 60% para vinte anos de contribuição e 2% ao ano até 100%, aos quarenta anos de contribuição. Explicou também as regras especiais para os professores, os policiais e agentes penitenciários: 1) o professor, de ambos os sexos, aos 60 anos de idade, 30 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício de funções de magistérios na educação infantil e no ensino fundamental e médio, 10 anos no serviço público e 5 no cargo efetivo que se der a aposentadoria; 2) o policial, aos 55 anos de idade, 30 anos de contribuição e 25 anos de efetivo exercício exclusivamente em cargo de natureza estritamente policial, para ambos os sexos; 3) o agente penitenciário ou socioeducativo, de ambos os sexos, aos 55 anos de idade, 30 anos de efetiva contribuição e 25 anos de efetivo exercício exclusivamente em cargo dessa natureza; 5) o servidor com deficiência, aos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco no cargo: (a) após 30 anos de contribuição, se a deficiência for considerada leve; (b) após 25 anos de efetivo contribuição, se a deficiência for considerada moderada; e (c) após 20 anos de contribuição, se a deficiência for considerada grave. Na sequência falou sobre as três regras de transição: 1ª) quem teria paridade e integralidade, 2ª) sem integralidade e paridade; 3ª) aposentadorias especiais; acumulação de aposentadoria e pensão, limitação; a aposentadoria por invalidez ou incapacidade, o abono permanência e as regras de transição para condições especiais. Na **segunda parte de sua exposição**, no que tange à dívida pública, questionou o porquê do desespero da reforma, uma vez que o déficit da previdência representa apenas 21,76% da dívida pública contra, por exemplo, os 45,11% representados pelos juros e amortização da dívida, e o percentual restante são das demais despesas. Afirmou que a retirada da Previdência como direito público e a sua transferência gradual para o sistema privado possibilitará novos mercados para os Bancos. **Ao final de sua fala**, concluiu que a eliminação dos gastos sociais em privilégio dos exorbitantes gastos com a dívida fortalecerá a garantia do pagamento dos juros, mas reconheceu, também, que no sentido

de avanço, ao contrário de se retirar direitos, outras medidas poderiam ser tomadas como uma política tributária justa, progressiva, como por exemplo a tributação de grandes fortunas. Em relação ao imposto de renda, considerou absurda a situação das empresas serem menos taxadas que os assalariados e os lucros de empreendedores não serem tributados, talvez devesse promover uma melhoria na fiscalização e na cobrança dos débitos. Citou como exemplo o estoque da dívida da Previdência em 2015 que era 350.678 bilhões de reais, sendo que apenas R\$ 1.127 bilhões de reais foram recuperados pelo governo. Encerrou sua fala após mostrar dados e planilhas os quais apontaram que tanto a reforma da previdência como qualquer outra medida seriam paliativo se não resolvesse o grande problema que é a dívida pública. Retomada a palavra a Palavra a **Presidente Kátia Goyatá** reafirmou que a exposição do palestrante serviu de contraponto para que todos os presentes pudessem pensar e repensar sobre a reforma da previdência, dúvidas foram sanadas, questionamentos foram feitos. Considerou importante um apontamento feito sobre a situação atual da seguridade social a qual considerou como uma consequência de todos os governos que já passaram pelo poder, os quais sabendo do superávit financeiro criaram mecanismos de retirar dinheiro da seguridade social. São desmandos e desmazelos que vem sendo feito paulatinamente por todos os governos. Citou, inclusive, afala do palestrante o qual afirmou que a construção de Brasília e da Ponte Rio-Niterói foram feitas com o dinheiro da seguridade social e que o Brasil é o segundo país do mundo com mais sonegação de impostos. Outro ponto a ser registrado foi a justificativa para que a mulher se aposentasse mais cedo, considerando que trabalha no terceiro e até no quarto turno, ou seja, uma jornada maior que a do homem. Outro ponto que a Presidente comentou foi em relação aos professores, uma vez que na sua opinião, o direito adquirido pelos professores deveria ser inegociável, devido ao desgaste físico e mental, inclusive a dificuldade que se instala de acompanhar a geração que se aprende. Pois com a reforma o professor teria 60 anos de idade em uma sala de aula, além disso 5 anos a mais de contribuição. Em seguida, a Presidente abriu a palavra aos Vereadores, inicialmente o **Vereador Batata** fez suas considerações e ressaltou que o eles referido pelo palestrante, são os políticos, que estão fazendo a reforma da previdência e que eles são a nossa representação. Motivo pelo qual o Vereador protocolou documento em Brasília, nos gabinetes de todos os deputados mineiros, sua posição contrária à reforma da previdência. Registrou a presença na audiência pública de representantes de partidos políticos DEM, Sra. Julieta Bruzadelli e do representante do PSL, Sr. Cláudio da Floricultura. Ato contínuo, com a palavra o **Vereador Tadeu Fernandes** considerou pequena a participação dos cidadãos à audiência pública, uma vez que seria um meio de levar conhecimento à população sobre as informações trazidas E sobre o enfraquecimento da previdência, disse que está quebrando já há muito tempo,

em um país com tantas riquezas. Afirmou que os brasileiros trabalham para os outros, para pagar os juros da dívida pública e todos os governantes foram incompetentes. Refletiu que quem quebrou a previdência não foram os pobres e sim incompetência dos governos. Espera do atual governo que realmente combata a sonegação fiscal e cobre os impostos que são devidos, pois, assim, acredita que não faltarão recursos para saúde, educação e previdência. Por fim, a Presidente abriu a palavra aos seguintes cidadãos inscritos, pelo tempo máximo de 05 minutos, para utilizarem a Tribuna Livre: **1) Solange Maria Ferreira Camilo Gomes** questionou se com a reforma trabalhista na qual foram retiradas as horas de trajeto para o trabalho, assim em caso de acidente neste trajeto qual seria o prejuízo ao trabalhador. O Palestrante afirmou que não altera, no caso de acidente trajeto para fins de trabalho, segundo as leis trabalhistas se o empregador concede o transporte ele assume a responsabilidade, independentemente de culpa e também na aposentadoria por invalidez, se for decorrente de acidente em trajeto para o trabalho; **2) Gianni Parreira**, Desenvolvedora de Web/Unifenas, gostaria de saber se esta reforma é mesmo necessária, se não se trata de má gestão do dinheiro da previdência. Caso seja considerada necessária se irá abranger todas as classes de maneira justa ou se as classes de juízes, políticos, militares e outros tantos ficarão de fora. O palestrante afirmou um ataque à reforma, entende que deveríamos começar a exigir mais dos políticos, conforme disse o Vereador Batata, exigindo o programa de governo dos candidatos antes das eleições para depois não ser surpreendido com que vem. Em relação aos militares parece que a reforma é branda e leve. Já no caso dos juízes o grande problema são os penduricalhos que não são salário, muitos auxílios que não incidem para o cálculo da contribuição da previdência. Acredita que precisa de uma discussão para se estabelecer um teto para previdência, a criação do fundo complementar do servidor público e a questão da idade. Mas que a primeira grande questão que julga necessária seria uma reforma tributária, grande problema central. Considera que diminuir a injeção de recursos na economia é um contrassenso e favorece a recessão. Questionou quantos seriam os aposentados de uma cidade como Alfenas, acredita que afetaria a economia das cidades, especialmente as pequenas, pois elimina o dinheiro em circulação. Acredita que enquanto não acabar com a regressividade tributária, pois no Brasil quem paga imposto é pobre e enquanto não discutirmos a questão da dívida pública de forma séria, consequente e independente, enquanto não reduzirmos a taxa de juros, fora isso, estamos apenas tirando direitos elementares dos cidadãos. Disse que um trilhão não resolveria porque há o teto dos gastos, esse trilhão seria aplicado aonde? Senão vão continuar retendo nosso engrandecimento como povo, como país, para pagar esse juro, não sairemos do lugar. **3) Em seguida fez uso da tribuna o cidadão Júlio César H. Máximo Marques**, disse que veio para ouvir, mas sua indignação fala mais alto, não

poderia calar-se, disse que o grande contexto da discussão é que o país não é levado a sério entregamos nossas economias nas mãos de quem não sabe administrar, que no passado muito se arrecadou, mas não souberam administrar, que a previdência não se preparou para o futuro, que o governo não o representa e a maioria de nós não sabe votar. A questão é política. Votamos em um candidato e elegemos outro. A Reforma tem que ser política primeira, depois eleitoral e tributária. Afirmou que deveria eleger representantes mais próximos de nós. Que temos dificuldade de eleger. Temos dificuldade de acompanhar um vereador, quanto mais um deputado distante. Não temos plano de governo, não temos um canal de comunicação, mas que o que temos de discutir é quem que governa o nosso país. **4) com a palavra o Vereador Batata:** Questionou ao palestrante se as regras vão valer para quem aderiu a previdência agora. Dr. Daniel afirmou que existem regras de transição, fora aqueles que não se enquadram nestas regras de transição, se aplica de imediato. A questão do pedágio seria somente para aqueles que falta até dois anos para se aposentar, os demais, será pela idade ou pela regra 86/96, crescendo gradualmente, mas que existe também aquelas aposentadorias específicas, especiais. Com relação ao benefício da LOAS o vereador considerou que com a reforma houve um benefício, qual seja a diminuição da idade de 65 para 60 anos. Mas o palestrante esclareceu que nesse caso seria o de benefício e não previdência, ainda mais que o valor de R\$ 400,00 não atende o salário mínimo. Concluíram que houve um benefício de assistência social, no qual antecipa a idade, mas somente acima dos 65 anos de idade é que receberá o salário mínimo. Quanto ao MEI disse o palestrante, não se alteram as alíquotas e sobre auxílio reclusão. O Vereador Batata disse entender ter havido um ponto positivo ao cortar o benefício daqueles que se encontrarem em regime semiaberto e trabalhando. O palestrante afirmou que a categoria de professores está sendo muito prejudicada. Está na hora de cada um de nós acompanhar o trabalho em quem votou, trazer a discussão para a base, aqui como está ocorrendo nesta audiência, um exemplo de cidadania; **7) a Coordenadora** desta audiência pública afirmou que tem acompanhado em Brasília um lobby nos bastidores de que poderiam ser retirados do texto da Reforma da Previdência a questão da capitalização e do tempo de contribuição do trabalhador rural. Indagou ao palestrante se ele acredita que teria possibilidade de ser retirado também desse texto as questões levantadas pelos profissionais da educação ou dependeria dos lobistas. O palestrante afirmou que são muitas as categorias que estão pressionando os políticos, como os bombeiros, a PM, a Polícia Federal, o Exército, os trabalhadores rurais, todos estão se mobilizando, disse que os profissionais educação são extremamente prejudicados, comparou, inclusive, o salário de um professor universitário com o de um Juiz, tamanha a discrepância e que somente através de pressão poderiam conseguir alguma coisa. Concluiu dizendo que a categoria de professores está

sendo muito sacrificada com a reforma e talvez seja a hora de cada um de nós acompanhar em quem votou e trazer a discussão na base, como está acontecendo aqui nesta audiência pública, exemplo de cidadania. Pois somos nós quem seremos penalizados. **5) Mais uma pergunta enviada por internauta, questionou sobre quem já tem condições de se aposentar, no caso específico de uma pessoa que está há 4 anos com os documentos no INSS, como ficaria?**

O palestrante respondeu que se já tem condições de se aposentar antes da reforma, ainda que não tenha requerido, irá se aposentar, as regras atuais valem até a promulgação dessa reforma.

6) Por fim, a Presidente apresentou mais uma pergunta de internauta ao palestrante questionando sobre qual a expectativa do Dr. Daniel quanto ao prazo para aprovação da reforma da previdência? Falou que a proposta de reforma encontra as resistências de alguns partidos políticos, da sociedade civil organizada, da CNBB, da OAB a qual já se manifestou contrária nacionalmente e que, inclusive, em uma audiência realizada em Belo Horizonte. São muitas críticas, em sua opinião ou passa até dezembro de 2019 ou não passaria mais, pois o próximo ano é eleitoral, temos dois blocos se *degladiando*, a oposição usando o regimento para travar a pauta postergando a reforma e a situação buscando aprovação o mais rápido possível, porque sabem que após dezembro não seria aprovado. Falta um debate mais sério que vai além do jogo político. Por exemplo a gestão tem que mudar, ou seja, a maneira como está sendo feita até os dias de hoje, pois não se cobra adequadamente e é necessário implementar medidas no executivo. Acredita que soa falso o dilema instalado de que ou passa a reforma ou Brasil vai quebrar. Alguns elementos de reforma de previdência inclusive poderiam ser discutidos gradualmente e por setores, como por exemplo a situação dos cortadores de cana trabalharem até 59 anos de idade, o trabalhador da construção civil trabalhar até 65 anos de idade. Teremos que ter noção de “penosidade” em relação às profissões com condições impróprias de trabalho, diante da disparidade de profissões e regionais que há, as quais poderiam ser tratadas de forma distinta. Senão vamos criar um exército de pessoas inválidas e idosos sem condições de trabalhar em sua profissão. A proposta é mais fiscal do que de direitos, com objetivo somente de arrecadar, fazer economia para quê, por onde e à custa de quem? **7) Com a palavra o Vereador Tadeu questionou se a reforma da previdência é política ou se as classes dominantes é que dificulta.** O palestrante afirmou que em todos os governos do Brasil boa parte dos impostos é para pagar a dívida pública e diminuir a despesa pública, mas as custas do pobre. Em vez disso, deveria cuidar da sonegação fiscal, representada especialmente pelos ricos, argumentou que poderíamos cobrar, inclusive implementar a progressividade tributária e o imposto das grandes fortunas. Estamos penalizando quem nada tem. Acrescentou que nem a previdência nem o país estaria nessa situação caso fosse cobrada adequadamente os impostos sonegados. Pois se tira

direitos que tocam a parcela mais pobre e vulnerável da sociedade, como a saúde, à educação, acaba tornando um círculo vicioso da economia e precisamos de um círculo virtuoso onde se garante os direitos e a economia é fortalecida. Para **conclusão dos trabalhos**, a Presidente em exercício propôs ao público presente uma **enquete**, para aqueles que assim desejassem se manifestar, sobre os que são favoráveis e os contrários à reforma da previdência pudessem levantar a mão. Em um número de aproximadamente 45 presentes o resultado foi o seguinte: 1 (uma) pessoa favorável e 39 (trinta e nove) pessoas contrárias, sendo que 5 (cinco) pessoas não quiseram se posicionar. A Presidente em exercício e Coordenadora desta Audiência Pública, Vereadora Kátia Geralda Silva Goyatá, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta Audiência Pública. A íntegra da manifestação dos presentes nesta audiência pública está disponibilizada na gravação em Cd. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos vereadores presentes.

Katia Geralda Silva Goyatá

Presidente

Antônio Carlos da Silva (Dr. Batata)

Vereador

Tadeu Donizetti Fernandes

Vice-Presidente